ISSN: 2358-8829

O HOJE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PAULISTA: RACISMO, BIOPOLÍTICA E AQUILOMBAMENTO

Nathalia de Oliveira[1]

INTRODUÇÃO

A educação pública paulista contemporânea é atravessada por políticas de padronização curricular, intensificação das avaliações e expansão de plataformas digitais. Essas medidas, frequentemente apresentadas sob o vocabulário da eficiência, da participação e da qualidade, colocam em disputa o próprio sentido de aprender e permanecer na escola. Em territórios rurais e periféricos, a distância entre o que o Estado contabiliza e o que as comunidades reconhecem como educação pode tornar-se especialmente aguda.

Este trabalho apresenta um relato de experiência articulado à reflexão crítica sobre as relações entre racismo, território e educação, tomando como disparador o encontro com Dandara e a luta pelo reconhecimento da Escola Beatriz Nascimento, vinculada a uma comunidade de assentamento. Interessa compreender como as práticas escolares e os dispositivos de gestão produzem hierarquias de pertencimento e, simultaneamente, como as comunidades inventam formas de resistir e continuar educando.

O objetivo é cartografar linhas de controle e de criação presentes nessa experiência, em diálogo com a biopolítica e o racismo de Estado, com a crítica às limitações coloniais dessas categorias e com as contribuições de Beatriz Nascimento e Julieta Paredes. A hipótese interpretativa é que o aquilombamento não significa mera retirada da escola pública: constitui uma reivindicação coletiva de educação digna e territorialmente situada.

METODOLOGIA

A investigação assume a cartografia como perspectiva teórico-metodológica, inspirada no pensamento filosófico de Gilles Deleuze e Félix Guattari e em suas apropriações no campo da pesquisa em educação, especialmente nas contribuições de Oliveira e Paraíso (2012). Diferentemente de uma abordagem orientada à representação de uma realidade previamente constituída, a cartografia busca acompanhar processos, forças e movimentos que atravessam os territórios investigados. Nesse sentido, dialoga também com Passos, Kastrup e Escóssia (2009), que compreendem a cartografia como uma prática de pesquisa voltada ao acompanhamento dos

[1] Doutoranda em Ensino e História das Ciências e da Matemática pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestra em Filosofia pela UFABC, especialista em Ensino de Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e licenciada em Filosofia, História e Pedagogia. Professora da rede pública paulista e pesquisadora na área de educação, políticas educacionais e ensino de filosofia. E-mail: oliveira.n@ufabc.edu.br.

ISSN: 2358-8829

processos de produção de subjetividade, na qual o percurso investigativo se constrói em meio aos encontros, às relações e às transformações produzidas no próprio campo.

O trabalho parte de uma experiência situada de encontro e escuta, posteriormente recomposta na forma de crônica cartográfica. O encontro com Dandara e as experiências narradas sobre as crianças do assentamento constituem o ponto de partida da investigação, não como acontecimentos destinados a ilustrar conceitos previamente estabelecidos, mas como experiências que convocam o pensamento e permitem problematizar as relações entre racismo, território e educação. A escrita acompanha os afetos, os conflitos, os enunciados e as práticas que atravessam essa experiência, sem a pretensão de produzir generalizações sobre a totalidade das escolas públicas. Em atenção aos cuidados éticos e à proteção da comunidade, os nomes das pessoas envolvidas foram substituídos por pseudônimos.

A composição cartográfica articula essa experiência aos conceitos de biopolítica e racismo de Estado, mobilizados a partir de Michel Foucault, em diálogo crítico com as contribuições de autores do Sul Global, especialmente Beatriz Nascimento, por meio da noção de aquilombamento, e Julieta Paredes, a partir do feminismo comunitário. Esses referenciais permitem problematizar tanto os dispositivos de poder que atravessam o cotidiano escolar quanto as práticas coletivas de resistência e produção da vida que emergem no território.

A análise acompanha, sem estabelecer separações rígidas, as linhas molares de normatização e controle, expressas no racismo institucional e nas políticas educacionais padronizadoras; as linhas moleculares que se manifestam nos gestos cotidianos de cuidado, nas relações comunitárias e nas práticas agroecológicas; e as linhas de fuga que emergem da invenção coletiva de outras possibilidades de existência e aprendizagem. Trata-se, portanto, de colocar a experiência narrada em relação com os conceitos, preservando sua singularidade e reconhecendo na própria comunidade a produção de saberes e práticas educativas que tensionam os modos instituídos de escolarização.

REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem foucaultiana da biopolítica oferece instrumentos para compreender como as políticas educacionais contemporâneas atuam como dispositivos de gestão da vida, que regulam populações e organizam a produção de subjetividades. A noção de racismo de Estado, tal como apresentada na obra Em Defesa da Sociedade, descreve as estratégias e recursos pelo qual o Estado moderno autoriza a desigualdade entre vidas, separando aquelas que devem ser protegidas daquelas que podem ser expostas, descartadas ou deixadas morrer.

ISSN: 2358-8829

> A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza. (FOUCAULT, 2005, p. 309).

Entretanto, como aponta Marcos Nalli, essa formulação possui limites importantes quando confrontada com a história do colonialismo. Para o autor, embora Foucault reconheça pontualmente o papel do colonialismo, essa referência permanece lateral às suas análises, sem ser desenvolvida em profundidade. Nalli observa que Foucault "até assinala" o problema colonial, "mas ao que parece não desenvolve" suas consequências para a constituição do racismo moderno.

> No limite, talvez apenas em uma ou duas ocasiões, quando ele considera o colonialismo. Por exemplo, na aula de 4 de fevereiro de 1976, de Em defesa da sociedade, quando ele observa que o Ocidente, e neste caso, a Europa, aplicou sobre si mesma tecnologias e práticas colonialistas, algo como um colonialismo interno (Foucault, 1997, p. 89; 1999, p. 121), quase que reverberando Aimé Césaire em seu Discours sur le colonialisme (1955). (NALLI, 2024, p. 230)

Portanto, compreender o racismo contemporâneo exige ultrapassar os limites analíticos da biopolítica foucaultiana e incorporar perspectivas do Sul Global, como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Beatriz Nascimento e Julieta Paredes, que evidenciam a centralidade da colonialidade e do capitalismo racial como condições de possibilidade da própria biopolítica.

No contexto da crônica, essa leitura permite compreender que o racismo sofrido pelas crianças do assentamento na escola urbana não é um fenômeno isolado, mas parte de uma racionalidade estatal e colonial que historicamente define quais corpos podem sonhar, aprender e ocupar plenamente o espaço escolar.

O conceito de quilombo e, sobretudo, de aquilombamento, elaborado por Beatriz Nascimento, é mobilizado como chave analítica central para compreender as formas de resistência territorial presentes no assentamento. Para Nascimento, o quilombo não é apenas uma instituição histórica do período colonial, mas um modo de organizar a vida e de reagir às tecnologias de confinamento e vigilância impostas pelo Estado racial.

> [...] o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto-afirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural. (NASCIMENTO, 2006, p.125)

ISSN: 2358-8829

O aquilombamento, portanto, é compreendido como prática política contemporânea ao criar vida onde o Estado produz ausência; produzir coletividade onde o neoliberalismo promove individualização e afirmar dignidade onde o racismo tenta instaurar desumanização.

Do feminismo comunitário de Julieta Paredes, a crônica incorpora a ideia de que a resistência não ocorre exteriormente às instituições, mas desde dentro do território, da família, da comunidade e da rede de apoio. Paredes enfatiza que o "comunitário" não é um adjetivo, mas um princípio ético e político que organiza a vida coletiva.

Assim, a comunidade aparece não apenas como memória, mas como horizonte de futuro: um dispositivo pedagógico e político que sustenta a luta por reconhecimento.

A narrativa articula-se a partir da cartografia proposta por Deleuze e Guattari, que permite mapear o território segundo três tipos de linhas:

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, a crônica é mantida como núcleo do relato. Sua forma narrativa não antecede a análise como ornamento: constitui um modo de registrar a experiência e de tornar perceptíveis os conflitos que os indicadores administrativos não descrevem.

Conheci Dandara numa manhã quente na Praça da República. Ela segurava o cartaz com a firmeza de quem não negocia o futuro. Ao seu redor, cinco crianças — Conceição, Marielle, Luther, Makota e Carolina — rodopiavam pelo ato como quem brinca, mas também como quem vigia o mundo que as vigia.

Não eram crianças que viviam no centro de São Paulo. Eram crianças atravessadas pelo território, vindo de um assentamento distante, carregando na pele o pó vermelho da estrada e, nos olhos, a coragem de estar ali.

Foi naquele encontro, entre gritos de protesto e cheiro de fritura vinda das barracas de pastel, que Dandara me contou a parte mais triste — e mais reveladora — da educação pública: no caminho até a escola da cidade, o racismo era o primeiro professor.

A escola estadual ficava longe, quilômetros de distância.

A caminhada, para elas, era longa, mas ainda suportável. O que não era suportável era o que acontecia quando chegavam.

Marielle, de tranças coloridas, ouviu que "quem mora em assentamento não toma banho". Luther, que ama livros de bichos, foi chamado de "pé de barro". Conceição chorou por ter sido empurrada no pátio. Makota contou que a professora reclamou do seu caderno sujo de terra — como se terra fosse sujeira e não origem. Carolina ouviu que "gente como vocês não

ISSN: 2358-8829

passa no vestibular". Dandara escutou tudo isso. Escutou e guardou no corpo. Porque ali não era só bullying. Era o racismo estrutural fazendo seu trabalho: decidindo quem é digno de aprender, quem merece ser ouvido, quem pode sonhar.

A violência era tão naturalizada que as próprias crianças começaram a achar que o problema eram elas. Foi então que Dandara percebeu: aquela escola não era só longe, era hostil. Era uma escola que ensinava as crianças a não se reconhecerem como gente.

Havia também o conflito das telas. No assentamento, as famílias decidiam coletivamente que as crianças ficariam longe dos computadores, celulares e redes sociais — não por moralismo, mas para preservar uma relação com a terra, com o tempo, com o corpo e com o olhar.

Na escola Estadual, o digital era obrigação. Sem "acesso" não havia "participação", sem "participação" não havia "nota". E o Estado, sempre molar, só sabe reconhecer o que pode medir.

O que ele não mede: a paciência de tirar o milho crioulo da palha, o cuidado de guardar sementes, o silêncio atento diante da lua, a leitura coletiva na sombra da mangueira e o corpo que aprende plantando.

O que ele "mede": cliques, acesso, tempo de tela, entregas eletrônicas.

Foi nesse abismo que Dandara ergueu sua luta.

Depois de mais um episódio de racismo, ela decidiu: eles não voltariam à escola da cidade. Não como abandono. Mas como denúncia. Como forma de afirmar: "Reconheçam a escola do assentamento. Reconheçam que educamos." Veio o Conselho Tutelar. Veio a Assistência Social. Vieram relatórios, suspeitas, vigilâncias, acusações não ditas.

Mas não havia abandono. Nenhuma prova. Nenhuma lacuna. As crianças estavam bem alimentadas. Estavam acompanhadas. Estavam aprendendo. Estavam vivendo algo que a escola da cidade não oferecia: dignidade. Dandara mostrou os cadernos. Mostrou as hortas. Mostrou os livros. Mostrou a sala de aula e a biblioteca feita de madeira, mas cheia de mundo.

E mostrou a comunidade, que era a verdadeira escola. E aí, diante do que viram, ninguém pôde negar: aquelas crianças estavam melhor ali do que na escola que diziam protegê-las.

A violência racial que as crianças sofriam era a linha molar mais cruel. Aquela que quer enquadrar, separar, hierarquizar. Aquela que diz que certos corpos não são da cidade, não são da escola, não são a promessa de futuro. Mas existia ali uma linha silenciosa, teimosa, quente como fogão a lenha: a linha molecular do cuidado, das rodas de leitura, da agroecologia que ensina a ouvir a terra, da troca de sementes entre assentamentos vizinhos.

ISSN: 2358-8829

Uma linha que dizia: Quem pertence. Quem “aprende”. E quem importa.

E nisso, naquele gesto de Dandara e da comunidade de não voltar para a escola que os violenta, surgiu a linha mais forte de todas: a linha de fuga. Não fuga para longe. Fuga para dentro. Fuga como retorno ao território. Fuga como afirmação da vida. Fuga como gesto antirracista. Fuga como aquilombamento. Porque se o racismo tenta sufocar, o aquilombamento devolve ar. Se o racismo quer apagar, o aquilombamento escreve. Se o racismo fecha portas, o aquilombamento abre horizontes.

Hoje, a luta de Dandara é clara: o reconhecimento da Escola Beatriz Nascimento.

O reconhecimento do direito à educação no próprio território. O reconhecimento de que aprender é mais do que seguir padrões. É existir. O que ela pede ao Estado não é um favor. É o que a Constituição já garante: o direito de aprender sem ser humilhado, o direito à cidade sem ser expulso, o direito de ser criança sem carregar o peso do racismo e do preconceito.

Enquanto isso, ela segue. Plantando. Cuidando. Ensinando. Guardando sementes como quem guarda memória. E criando, com a comunidade, uma escola que não nasceu do Estado — nasceu da terra.

Uma escola que, como me disse Conceição, “respira diferente”.

Na cena cartografada, a violência racial não aparece como ocorrência isolada entre estudantes. As humilhações ligadas à origem territorial e às condições de vida das crianças produzem fronteiras entre quem seria reconhecido como pertencente à escola e quem é tratado como presença inadequada. A distância física da escola urbana soma-se, assim, a uma distância política e simbólica.

A obrigatoriedade do digital explicita outro conflito: as famílias valorizam experiências de aprendizagem ligadas à terra, às sementes, à leitura coletiva e aos ritmos comunitários, enquanto a política escolar tende a converter participação em registro de acesso e entrega. Não se trata de opor tecnologia e território de modo abstrato, mas de perguntar quem define o que conta como aprendizagem e quais modos de vida ficam invisíveis quando a métrica substitui a escuta.

Na narrativa, esse processo aparece nas práticas agroecológicas, na troca de sementes, na autogestão da escola e na recusa a submeter as crianças às violências da escola Estadual. Tais práticas compõem uma linha de fuga, no sentido deleuziano: uma ruptura criadora que desestabiliza a ordem molar e afirma outras formas de existir e aprender.

A figura de Dandara exemplifica esse princípio: ela luta não apenas por seus filhos, mas pelo direito coletivo à educação no assentamento. Suas ações — cuidar, plantar, ensinar,

ISSN: 2358-8829

organizar a escola comunitária — compõem uma política cotidiana de resistência, que se opõe tanto ao racismo institucional quanto às imposições neoliberais da escola urbana.

Linhas molares: estruturas rígidas, normativas, hierarquizantes — como o racismo institucional, as políticas educacionais centralizadoras, a obrigatoriedade das telas e a violência escolar sofrida pelas crianças do assentamento.

Linhas moleculares: práticas sutis, afetivas e cotidianas — como os gestos de cuidado, a horta comunitária, o estudo coletivo, a troca de sementes, os laços entre as famílias.

Linhas de fuga: rupturas inventivas que abrem novos possíveis — como a decisão de abandonar a escola racista, a criação da Escola Beatriz Nascimento e a afirmação de uma educação enraizada no território e na comunidade.

A cartografia, enquanto método, permite que a crônica funcione não apenas como relato, mas como análise política da vida escolar a partir da experiência concreta.

A composição teórico-metodológica deste texto se insere na proposta de construir uma cartografia de um território específico — um assentamento do MST — articulando biopolítica, racismo de Estado, aquilombamento e comunidade. Ao fazê-lo, evidencia-se que:

O racismo que opera no cotidiano escolar é inseparável da lógica colonial que estrutura o Estado moderno;

O aquilombamento emerge como linha de fuga antirracista, produzindo vida onde o Estado fracassa ou se recusa a garantir direitos;

A comunidade, enquanto prática política, sustenta modos de existência que escapam à racionalidade neoliberal;

As crianças e Dandara inventam, no corpo-território, uma pedagogia que resiste e reinventa o que significa educar;

A reivindicação pelo reconhecimento da Escola Beatriz Nascimento desloca a interpretação de uma suposta recusa individual da escolarização para uma luta coletiva pelo direito de educar sem violência. É nesse sentido que o aquilombamento opera como linha de fuga: não a negação da educação pública enquanto direito, mas a contestação dos modos de governo que restringem a possibilidade de aprender, permanecer e sonhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este texto afirma que compreender a escola pública, exige deslocar o olhar das estruturas oficiais para as práticas de reinvenção comunitária que, como linhas de fuga, sustentam a possibilidade de outros futuros educativos.

A experiência permite afirmar que o racismo escolar e a padronização das políticas educacionais não incidem de maneira homogênea sobre os territórios. Quando a escola desqualifica os saberes, os corpos e os vínculos comunitários das crianças, a promessa universal do direito à educação encontra seus limites concretos.

Ao mesmo tempo, o cuidado coletivo, a agroecologia, a partilha de saberes e a luta pelo reconhecimento da escola comunitária revelam práticas de reexistência. A cartografia não encerra essas tensões em uma solução pronta: insiste na necessidade de ouvir as comunidades e de disputar o significado da escola pública como espaço de vida, dignidade e pertencimento.

Palavras-chave: Racismo escolar; Território; Aquilombamento; Cartografia; Educação pública.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
Agradeço à Universidade Federal do ABC (UFABC) pelo auxílio financeiro concedido para a participação e apresentação deste trabalho no Congresso Nacional de Educação (CONEDU).

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. (org.). **Levantes**. Textos de Nicole Brenez, Judith Butler, Marie-José Mondzain, Antonio Negri e Jacques Rancière. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança.** São Paulo: Editora Elefante, 2021

JACOMINI, Marcia Ap, MOUTINHO JUNIOR, Isaac O., ANDRADE, Weverson M. de, SOUZA, Ozani M. de S., & LAVADO, Janaína. P. (2024). **O avesso da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual Paulista. Arquivos Analíticos Políticas Educativas**, 32(22). https://doi.org/10.14507/epaa.32.8270

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A Vida Não É Útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NALLI, Marcos. **Racismo, De Estado Ou De Mercado?.** In: RESENDE, Haroldo de (org.). Michel Foucault: a política neoliberal como guerra continuada. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024. p. 219 - 237.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra.** In: RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. SP: Instituto Kuanza, 2006, p. 117-125;

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação.** Pro-Posições, v. 23, n. 3 (69), p. 159-178, set./dez. 2012.

PAREDES, Julieta Carvajal. **Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário.** Tradução de Tereza Spyer Dulci. Revista Epistemologias do Sul, v. 03, n. 02, p. 74 -87, 2019

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, Peter Pál. **O Avesso do Niilismo.** São Paulo; N-1 Edições, 2021.